



**UMA LEITURA DECOLONIAL DO CONTO “A CASA ROSA”, DE MARIA  
LUÍSA RIBEIRO**

**A DECOLONIAL READING OF THE SHORT STORY “A CASA ROSA”, BY  
MARIA LUÍSA RIBEIRO**

Renato de Oliveira Dering<sup>1</sup>

Recebido em: 09 set. 2022

Aceito em: 15 de out. 2022

DOI: 10.26512/aguaviva.v7i2

**RESUMO:** O presente estudo promove uma leitura de perspectiva decolonial para compreender questões socioculturais que envolvem o conto “A casa rosa”, da escritora goiana Maria Luísa Ribeiro. A narrativa é a décimo, dos 15 contos, do livro *Senhor dos desencantos*, publicado em 2001, pela editora Kelps. A história narra a vida da prostituta Denise e suas relações com as demais personagens que a envolvem. Neste estudo, buscou-se compreender como as mulheres acabam sendo marginalizadas pelo processo de colonialidade e, por assim ser, as formas de subjetivação que elas sofreram, compreendendo o contexto da narrativa. O objetivo da pesquisa foi verificar como a colonialidade, que prende o corpo da mulher em um espaço de subalternização, pode ser percebido nas personagens do conto, principalmente na protagonista.

**Palavras-chave:** Escrita feminina. Literatura goiana. Colonialidade do ser.

**ABSTRACT:** The present study promotes a reading from a decolonial perspective to understand sociocultural issues that involve the short story “A casa rosa”, by the goiana’s writer Maria Luísa Ribeiro. The narrative is the tenth of 15 short stories in the book “Senhor dos Desencantos”, published in 2001 by Kelps publishing company. The story narrates the life of the prostitute Denise and her relationships with the other characters that involve her. In this study, we sought to understand how women end up being marginalized by the process of coloniality and, therefore, the forms of subjectivation they suffered, understanding the context of the narrative. The objective of the research was to verify how coloniality, which imprisons the woman's body in a space of subordination, can be perceived in the characters of the short story, mainly in the protagonist.

**Keywords:** Feminine writing. Goiana Literature. Coloniality of being.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto no Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS). Pós-Doutor em Estudos de Linguagens pelo Posling/CEFET-MG. Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela UFG. Coordenador Projeto de Iniciação Científica (PIC) “Estudos decoloniais da linguagem, educação e do direito: letramentos e práticas interculturais” e Líder-pesquisador do grupo FORPROLL/ CNPq/ UFVJM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165>. E-mail: [renatodering@gmail.com](mailto:renatodering@gmail.com). Orcid: 0000-0002-0776-3436.



## INTRODUÇÃO

A literatura goiana, dentro do cenário nacional, raramente teve um espaço privilegiado. No entanto, é importante considerar a produção literária de Goiás como um expoente neste contexto. Cora Coralina, de modo geral, é o nome que ecoa amplamente entre os manuais de literatura no ensino básico e superior. Contudo, outros nomes pouco são falados, ainda que a estética literária destes seja um diferencial para a história da literatura.

Para além da produção goiana, a escrita de autoria feminina é também um espaço pouco explorado e, muitas vezes, ofuscado por produções de homens, geralmente, brancos e de uma determinada elite cultural e econômica. É nessa intersecção entre a literatura canônica e quem a produz que nomes como Leodegária de Jesus foram esquecidos ao longo dos anos.

Quando analisamos movimentos literários, como o modernismo, esse preconceito sempre se fez presente. Por assim ser, “a omissão/exclusão das mulheres e projeção de uma perspectiva pejorativa sobre elas e seu trabalho incidiu de maneira negativa na época e trouxe desdobramentos posteriores” (DERING; MARTINS, 2021, p. 217) que atingiu, também, as produções da segunda metade do século XX e ainda atinge as produções do século XXI. “Deste modo, o que se percebe é que houve uma subvalorização da mulher enquanto artista e escritora” (DERING; MARTINS, 2021, p. 217).

É nesse âmbito de discussão sobre a escrita feminina que Norma Telles (1992) problematiza a questão de como a desinência que indica o feminino pode produzir efeitos de subalternização para essa escrita. Neste sentido, o que se percebe é que a mulher na literatura não encontrou, durante longos anos, um espaço sem que precisasse mostrar e provar sua importância.

É nesse envolvimento, seja produzindo, ou seja, enquanto personagem, que se verifica como as mulheres acabam sendo marginalizadas por um processo chamado de colonialidade. A colonialidade é uma forma de subjetivação de outrem por uma visão unilateral do dominante sobre o dominado. Ocorre que nessa subjetivação promovida e mantida pela colonialidade, “encontramos visões distorcidas/manipuladas do outro e também a mobilização de que para se desenvolver é preciso pressupor que sempre alguém



será superior ao outro. Trata-se, assim, de um projeto que busca articular e propor hierarquias para sustentar sua predileção” (DERING, 2021, p. 23).

Considerando essas proposições, o presente estudo traz a leitura decolonial de um conto de uma autora goiana, Maria Luísa Ribeiro. Tem-se como objetivo, portanto, verificar como a colonialidade, que prende o corpo da mulher em um espaço de subalternização, pode ser percebido nas personagens do conto, principalmente na protagonista.

### **A COLONIALIDADE DO SER E A SUBALTERNIZAÇÃO DOS SUJEITOS**

Diante a dita modernidade, advinda posteriormente aos preceitos que fundamentaram a colonização, culturas, histórias e sujeitos passaram pelo processo de subalternização, isto é, uma medida ardilosa que coloca de corpos e saberes em um patamar de comparação ao do colonizado. O fato é que as conquistas dos países europeus nas Américas acabaram por produzir diferentes contextos de dominação sobre os povos que ali já existiam, alterando suas maneiras de viver, ser e pensar, promovendo “trocas” e “normatizando” condutas como legítimas, para tanto, promovendo o apagamento e memoricídeo do que ali existia.

Por isso, o controle instaurado no processo de colonização não se findou nos recursos materiais, produzindo novas narrativas e eliminando as existentes. A esse processo, chamamos de “modernidade/colonialidade”, pois “aponta à coexistência da retórica salvacionista da modernidade e da lógica da exploração, controle, manipulação, força necessária para avançar nos projetos salvacionistas modernos (conversão, civilização, desenvolvimento e modernização, democracia e mercado). (MIGNOLO, 2015, p. 58, tradução minha)<sup>2</sup>.

É esse tipo de modernidade que construiu nos sujeitos uma formação de um tipo de sociedade: a alienada. Para Paulo Freire (2016), essa constituição de sociedade promove a criação e reprodução de sujeitos sem consciência sobre si. O professor desenvolve em sua tese que uma sociedade alienada cria seres inautênticos, isto é, que

---

<sup>2</sup> “[...] apunta a la coexistencia de la retórica salvacionista de la modernidad y la lógica de explotación, control, manipulación, fuerza necesaria para avanzar en los proyectos salvacionistas modernos (conversión, civilización, desarrollo y modernización, democracia y mercado).” (MIGNOLO, 2015, p. 58)



precisam de uma autenticação e, por assim ser, acabam se tornando subservientes a um padrão e doutrinas que lhe é posto/imposto.

Por isso, segue Freire, afirmando que o pensar desse sujeito não está comprometido com ele, visto que a realidade que ele pertence não lhe é tangível ou é, no mínimo, aceitável. O sujeito de uma sociedade nesse modelo, portanto, não se utiliza de critérios reflexivos e críticos pessoais, mas sim de olhares que a ele parecem ser seus. É essa a razão que se pode falar que esses sujeitos vivem uma “realidade imaginária” e não a sua própria.

Assim, dialogando com essa concepção com os pressupostos implementados pela modernidade/colonialidade, podemos dizer que ao promover padrões que levaram à subalternização, a esses sujeitos foram impostas novas formas de se ver e acreditar em si. São seres descompromissados com a realidade tangível, inautênticos e com a criticidade condicionada a uma realidade fictícia ou, ao menos, desproporcional ao que ele vive.

Tem-se, assim, que pela implantação e promoção de ideias do que seria “evolução”, nomeadas pela concepção que hoje entendemos por “modernidade”, essa estrutura colonial do poder provocou nessas sociedades colonizadas os memoricídeos e esquecimentos.

Nessa consoante, o que chamamos de subalternização é, na verdade, uma forma de manipulação do outro, em que o parâmetro que se constrói é sempre o do opressor. Os grupos subalternizados, portanto, fogem a esse parâmetro estabelecido por um poder hegemônico e, por assim ser, são discriminados. A saber, o padrão é do “homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu” (GROSFUGUEL, 2018, p. 113).

A esse grupo destoante, no entanto, pertencem diferentes minorias, pois os contextos hegemônicos vão se adequando conforme a “sociedade moderna” vai se fundamentando. Assim, alguns grupos acabam por se tornar melhores que outros, em uma hierarquia excludente e de categorização ancorada na dominação. Isso acontece pois:

Toda relação de dominação, entre dois grupos ou duas classes de indivíduos, impõe limites, sujeição e servidão àquele(a) que se submete. Ela introduz uma dissimetria estrutural que é, simultaneamente, o efeito e o alicerce da dominação: um se apresenta como representante da totalidade e o único depositário de valores e normas sociais impostas como universais porque os do outro são explicitamente designados como particulares. Em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites do direito do outro e o mantém num estatuto que retira todo o seu poder contratual (Apfelbaum,



1979/1999). A dissimetria constituinte da relação de dominação aparece não somente nas práticas sociais, mas também no campo da consciência e até nas estratégias de identidade. O uso frequente, conquanto abusivo, do termo “relação de poder” no lugar de “relação de dominação” faz desta uma relação de força suscetível de ser invertida em certas circunstâncias e permite subestimar os efeitos irreduzíveis que lhe são inerentes. (APFELBAUM, 2009, p. 76)

Essas ideologias se fundamentaram ao longo dos anos, mas seus padrões continuaram a exercer forte influência para quem foge (ou destoa) do “normal”. Assim, criam-se essas relações de poder que, adotando critérios próprios e incoerentes, mas que se cria lógica pela coerência imposta. Assim, tendo como ponto de partida formas de dominação, é que:

pelo critério da imparcialidade, o homem é mais credenciado para falar sobre mulher; a pessoa branca é menos afetada ao falar sobre negritude e a pessoa heterossexual é mais gabaritada para discutir sobre sexualidade. Dessa forma, mantém-se a perspectiva hegemônica, que não é neutra, mas é assim considerada, porque é legitimada e naturalizada como objetiva e imparcial, dado que o corpo masculino, branco, hetero corresponde ao padrão normativo de descorporificação. (REZENDE; SILVA, 2018, p. 177-178)

Ocorre, assim, que as discriminações ocorreram e ocorrem por três vértices que, entrelaçados, são ainda mais assombrosas: raça, gênero e cor. No entanto, esses três vértices foram construídos por um poder hegemônico, como dito acima. Esse poder foi instaurado por quem detinha/detém o poder político e econômico na sociedade.

Logo, é pela promessa de evolução das nações conquistadas que se construiu, então, valores sociais e culturais que foram enraizados pelo poder hegemônico e produziu/produz tais discriminações por meio de memoricídeos e esquecimentos. Diante a história produzida pelos colonizadores, uma raça se tornou superior a outra, pois aquela raça era diferente de um determinado modelo que se tinha como certo, a dicotomia dos gêneros pelo fator biológico se fundamentou e a cor predominante era a da elite europeia. Por isso, pode dizer que:

A Colonialidade encontra-se em cada âmbito da existência humana: no trabalho; no sexo; na subjetividade; na autoridade; no conhecimento eurocêntrico; na escola e no seu currículo, e se articula a vários tipos de hierarquias: étnicas, raciais, sexuais, gênero, conhecimento, de linguagem, religiosa. (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 48)



E, por assim se encontrar na sociedade, ela ainda promove o que entendemos por colonialidade do ser, “um modelo de controle que visa a inferiorização, subalternização e desumanização dos sujeitos” (DERING, 2021, p. 39). Nessa percepção, o homem se destaca socialmente frente a mulher não por feitos ou desfeitos, mas por essa estrutura que remonta um padrão instaurado “cis-hetero-patriarcal-opressor”. É esse padrão que determina o lugar de fala, de existência e de saber da mulher.

Não se trata apenas da invisibilidade deste gênero, mas como a mulher se vê e como ela pode se ver sem afetar o status quo desse padrão de poder. Por isso, a invisibilidade é um adjetivo impotente, pois a mulher, na modernidade/colonialidade não ocupa um lugar de fala, de existência e de conhecimento, pois é um sujeito alienado que reproduz uma realidade que não é sua, se tornando um sujeito que precisa da autenticação do outro para se ver: dela foi retirada sua subjetividade.

Sobre o assunto, bell Hooks (2018, p. 13) afirma que:

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. (HOOKS, 2018, p.13).

A dominação sobre o corpo da mulher produziu narrativas que promovem sua inferioridade e legitimam a opressão. Deste modo, “os discursos dominantes são sempre os mesmos: um subalternizado (negro, mulher, indígena, homossexual, quilombola, pobre etc.) que, por força de vontade (mérito) e por oportunidade dada a ela (salvação) mudou sua história (virou alguém na vida).” (DERING, 2021, p. 48-49).

Cria-se, assim, a falácia de que todos somos iguais, independente do contexto e da história que remontam os discursos dominantes. Esse discurso, como dito, é fruto da “racionalidade eurocêntrica ordena o mundo a partir de classificações binárias, que contêm hierarquias naturalizadas: homem/mulher, branco/negro, rico/pobre, cultura/natureza, científico/literário, conhecimento/tradição, capital/trabalho, ensino/aprendizagem etc.” (REZENDE; SILVA, 2018, p. 177). Por isso, é necessário refletir, acerca do tema, que “se qualquer mulher sentir que precisa de qualquer coisa além de si para legitimar e validar sua existência, ela já estará abrindo mão de seu poder de se autodefinir, de seu protagonismo” (HOOKS, 2018, p. 140).



Portanto, na perspectiva de pensar sobre como corpos são subalternizados, as mulheres, por meio da colonialidade do ser, acabaram sendo vítimas de uma sociedade que doutrina e promove memórias que acabaram por interferir na forma como elas são vistas por si e pela sociedade.

## A CASA DE ROSA E SEUS SUJEITOS DA COLONIALIDADE

Pequena, miúda e indefesa são as características que iniciam a definição da personagem “Denise”, de conto “A casa rosa” de Maria Luísa Ribeiro. A narrativa é a décimo, dos 15 contos, do livro *Senhor dos desencantos*, publicado em 2001 pela editora Kelps.

Nascida em Goiânia, Maria Luísa Ribeiro é formada em Direito, pela PUC-GO e pós graduada também em Direito. Também possui graduação em Letras pela UFG. Já foi premiada em diversas instâncias, recebendo, entre os títulos o diploma de “Honra ao mérito”, pelo Instituto Goiano do Livro, “Personalidade Cultural do ano de 2003” pela Casa do Poeta Brasileiro e Federação Brasileira de Alternativos Culturais do Estado de Goiás, “Homenagem”, do Sindicato dos Escritores do Estado do Rio de Janeiro e Casa de Cultura Lima Barreto, entre outros. (DERING, 2012).

A autora goiana se destaca em produções que envolvem o íntimo das personagens que cria e envolve o leitor nas reflexões sobre as formas como o mundo dessas pessoas podem ser vistos e vividos. De forma singular e com uma prosa em que se verifica um trabalho com a escolha lexical e semântica, Maria Luísa Ribeiro propõe um sentir sobre a narrativa que nos leva aos pesares de cada personagem. Isso por que “Com suas marcações linguísticas de desconstrução e construção, o leitor é levado a percorrer os mesmos caminhos insólitos de um processo de autoria implícita feminina” (CARVALHO, 2002, p. 260). Assim acontece com Denise, protagonista de “A casa rosa”.

Denise é marcada pelo fardo de ser mulher nessa modernidade/colonialidade que se fundamenta a sociedade. Sua história, como aponta a narrativa, é marcada pela solidão de ser. “A solidão de Denise era do tamanho da fome” (RIBEIRO, 2001, p. 107). Com um narrador que passa as impressões de quem era a protagonista, já nas primeiras linhas, podemos perceber a fragilidade em que ela se encontrava. Tratava-se de uma “mulher pequena”, “miúda”, uma “figura indefesa”, “muda” e “meio incriada”.



A mulher que é apresentada na narrativa demonstra um desleixo e descuido que criam um estereótipo de fragilidade. Além da impressão que passava, traços físicos, nervosismo e inquietude davam forma a essa mulher que, ao adentrar à Casa Rosa, seria tingida sem opção de não ser.

Rosa, a dona da Casa, era diferente. Ao contrário do que se entende por Denise, no início da narrativa, e justificando a lógica opressor/oprimido, Rosa é uma mulher sem amor e sem escrúpulos. A primeira característica atribuída a Rosa é que “não passava a mão na cabeça de ninguém” (RIBEIRO, 2001, p. 109). Aparentemente, uma mulher forte, quando na verdade é a figura do oprimido que se tornou opressor.

Uma mulher dominando outra, quando, na verdade, sua consciência é fragmentada e ela crê que está se “salvando” dentro de suas possibilidades. “Em sua alienação, os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo. Este fenômeno é comum, sobretudo nos oprimidos de classe média, que aspiram igualar-se aos homens ‘eminentes’ da classe superior.” (FREIRE, 1979, p. 32). Sobre essa dualidade, é válido lembrar que:

Gênero é uma categoria, um modo de fazer distinções entre pessoas; uma construção cultural que classifica com base em traços sexuais, expandindo-se por cruzamentos de representações e linguagens. Como classe e raça, tem dimensões externas e internas: a classificação ou rotulagem é vista e lida pelos outros, assim como pelo eu, e as semelhanças são interpretadas como interesses partilhados, foi assim que também na sociedade ocidental moderna, o gênero codificou as diferenças entre um reconhecido patrimônio cultural masculino e uma correlativa e suposta penúria feminina (ou asiática, ou “primitiva”, ou sul-americana). Gênero pode ou não importar para mim e para os outros; em nosso meio sociocultural, importa sempre. (TELLES, 1992, p. 50).

Por assim ser, o meio acaba por “condicionar” os pensamentos e ações de Denise e Rosa e ainda estabelecem as relações sociais e culturais que as mulheres têm entre si e não apenas nas suas relações com os homens. Um fato é que Maria Luísa tem uma forma instigante de nos apresentar e desenvolver suas personagens, pois, como apresenta Carvalho (2002, p. 256): “Malu Ribeiro tem uma maneira peculiar para falar sobre o Homem, sobre o relacionamento do Homem<sup>3</sup> com o mundo e com os outros homens e, principalmente, para falar da interação do Homem com ele mesmo” (CARVALHO, 2002, p. 256).

---

<sup>3</sup> Homem, aqui, deve ser entendido como ser humano.



Portanto, ao trazer essas relações e como elas se presentificam e se personalizam na narrativa é que percebemos as amarras sociais que envolvem cada uma das personagens. Vale lembrar que, não apenas no conto “A casa rosa”, mas em todo o livro: “É quase sempre uma voz feminina a falar de seus desencantos, de seus senhores, supostamente senhores” (CARVALHO, 2002, p. 259). É justamente por isso que se torna necessário refletir sobre como as vozes das mulheres e suas predileções são compreendidas e desenvolvidas.

É interessante perceber, ainda, que Denise não tem voz, Denise não tem vez e seu conhecimento, se o tivera um dia, é suprimido entre as demais vozes da narrativa. É um corpo de mulher objetificado que não consegue, nem ao fim da vida, ocupar um espaço em uma folha em branco de jornal. “A ela, estariam reservados a tragicidade de uma morte por assassinato e o espaço de uma manchete de jornal” (CARVALHO, 2002, p. 261). Vale lembrar que, pela perspectiva decolonial, é importante compreender que:

Os corpos e os espaços negligenciados e as razões históricas, socioculturais e ideológicas pelas quais são negligenciados são sempre os mesmos. Por isso, é fundamental expor as razões históricas, que fundamentam as narrativas, para desnaturalizar as práticas negligenciadoras. (REZENDE, 2018, p. 132).

Por essa razão, nota-se que Denise, por ser mulher, é um corpo negligenciado, e o espaço que ela ocupa, quando deixa de ser Maria da Glória, é um lugar que a subalterniza e objetiva. Sendo assim, Denise, nesse sentido, consegue ser ainda mais “insignificante”, por exemplo, do que Macabéa, personagem de Clarice Lispector, pois, embora em Clarice a personagem também fosse totalmente “desprezível” de feminilidade e autenticidade, ela teve sua hora da estrela. Ao contrário da alagoana de Lispector, Denise, que um dia foi Maria da Glória, não teve um dia sequer de glória, foi apenas mais uma das rosas que frequentaram a casa da Rosa. Uma rosa manchada pela vida e por Lúcio.

Uma das questões que emanam do conto é uma visão que ainda remonta a ideia da mulher “recatada” e “do lar”. Os termos, embora retomem uma fala muito difundida nos últimos anos, pertencem a esse ideal que remonta a colonialidade do ser

Porque o ideal de mulher branca, sedutora mas não puta, bem casada mas não nula, que trabalha mas sem tanto sucesso para não esmagar seu homem, magra mas não neurótica com a comida, que continua indefinidamente jovem sem se deixar desfigurar por cirurgias plásticas, uma mamãe realizada que não se deixa monopolizar pelas fraldas e pelos deveres de casa, boa dona de casa sem virar empregada doméstica, culta mas não tão culta quanto um homem; essa mulher branca e feliz, essa mulher com a qual deveríamos nos esforçar para parecer - tirando o fato de que elas devem ficar de saco cheio com qualquer



coisa -, devo dizer que jamais a conheci, em lugar algum. Acredito até que ela nem mesmo exista. (DESPENTES, 2016, p. 11)

Maria da Glória até podia ser assim e reproduzir esse imaginário social decorrente da colonialidade, afinal, recém completara seus 18 (dezoito) anos e “se achara bonita”. No entanto, virou Denise. As razões são incertas, assim como era incerta sua visão do mundo e de si, e o “homem” que era tão culto em sua vida detinha o poder sobre isso. Lúcio. Ele “não a queria, mas também não a deixava” (RIBEIRO, 2001, p. 110). Sua visão era tão distorcida que a própria narradora indica a incerteza ao indagar que talvez fosse Denise que não o largava.

Lúcio é o modelo de homem que remonta ao padrão dito anteriormente. Dono de si e dono de tudo aquilo que tocava. Ele se considerava melhor, principalmente melhor que Denise. A questão é que ele era um “menino cruel” que se encantou com seu brinquedo. Talvez, podemos refletir que nessa relação entre menino cruel e seu brinquedo está a forma como a sociedade vê a mulher e toda a hipocrisia que circunda isso. Isto é:

O que incomoda a moral no caso do sexo pago não é o fato da mulher não ter prazer, mas o fato de que ela pode sair de casa e ganhar o seu próprio dinheiro. A puta é a "mulher do asfalto", aquela que se apropria da cidade. Ela trabalha fora do que é doméstico ou maternal, fora da célula familiar. Os homens não precisam mentir para elas, nem elas enganá-los, então correm o risco de se tornarem cúmplices. As mulheres e os homens não deveriam, tradicionalmente, se entender, se ouvir ou praticar a sinceridade entre si. É evidente que essa possibilidade dá medo. (DESPENTES, 2016, p. 67)

No entanto, Denise não se sentia como essa mulher que poderia conquistar o mundo. Ela não via a si como alguém que pudesse ir além. Na verdade, ela não conseguia ser dona nem de seu quarto na casa rosa. A casa era de Rosa e o quarto de Lúcio. A narradora explicita que “Lúcio urinava pelo quarto todo, marcando território. Jogava-lhe merda na cara e espalhava flores pelo chão” (RIBEIRO, 2001, p. 110).

A marcação, os elementos e a própria falta de elementos no quarto mostram como o espaço não pertence àquela mulher e, mais do que isso, a torna invisível.

Existe uma relação muito forte entre a imagem e a experiência de vida daquele que decifra o que vê. A história que envolve toda sua trajetória no decorrer da existência é que constrói e seleciona, no homem, cada forma vista, para entender a imagem a ser decodificada. Aí estão entrelaçados os símbolos, percepções, as atitudes e os pensamentos que nunca serão iguais, nem mesmo para duas pessoas residentes na mesma localidade. Cada ser humano sente o mundo de maneira particular. (PINHEIRO NETO, 2012, p. 323)



Dito isso, é que podemos compreender que, na narrativa de Maria Luísa Ribeiro, a construção da história mescla elementos espaciais e estéticos com os socioculturais que nos levam a necessidade de uma leitura crítica e aguçada.

Portanto, é importante que o leitor tenha conhecimento dos aspectos apresentados na análise da paisagem em geral. É preciso lembrar de todos os requisitos para sua análise, não olvidar que sobre seu entendimento recaem, além da visão, sentidos que nos conduzem a decifrar seu interior, tais como: olfato, sabor, tato e ponto de vista. É necessário entender que estão inteiramente ligados para a compreensão de seu caráter polissêmico, sobretudo no caso de um texto ficcional. (PINHEIRO; SUZUKI; LIMA, 2020, p. 54)

Denise, antes mesmo de se prostituir, já havia se vendido. Denise não parecia ter sonhos (ao menos não transparecia). Seus sonhos eram condicionados, em uma leitura trivial, a não ser Maria da Glória. Assim, quando se tornou Denise achava ter encontrado um caminho menos ruim, afinal “Era pegar ou largar” (RIBEIRO, 2001, p. 111” e ela pegou. Ao se transformar em Denise, podemos pensar em como a colonialidade do ser diminui a mulher e como a visão social sobre a prostituição é um desses mecanismos ardilosos.

Historicamente, a prostituição é reduzida a um clichê. Além de não ser verdade que essa “é a profissão mais antiga do mundo” – poderíamos citar os pastores ou as parteiras – esse clichê serve para defender o fatalismo e evitar qualquer questionamento sobre um assunto que provoca mal-estar. Na realidade, ligada à urbanização massiva e à aparição da sociedade de mercado, a prostituição sempre desconcertou os Estados, divididos entre sua proibição ou regulamentação, e termina fazendo que o peso do “pecado” recaia somente sobre as prostitutas, enclausuradas, estigmatizadas, desprezadas. (LEGARDINIER, 2009, p. 198-199).

Diante disso, é que temos que Denise não teve vez e, por assim ser, não conseguiu ter voz. É interessante perceber que “a metalinguagem faz parte da poética da autora, aparecendo também no conto ‘A casa rosa’. Nele, o narrador fala da personagem Denise, de sua vida prostituída e da angústia que acompanha o criador da escritura” (CARVALHO, 2002, p. 260).

Por isso, falar de Denise é falar de vozes femininas, no entanto, vozes que foram silenciadas. Na narrativa, não há nenhum discurso direto dela, sendo sempre os olhares dos outros sobre a protagonista. Glória, que rapidamente transformou-se em Denise, era vista e caracterizada por muitos, entretanto, ela mesma não sabia de si, tanto que, ao final,



quando para morrer, ela ainda permanece emudecida e sofrendo as dores do corpo e as dores do mundo. Denise não tem voz para gritar o quão o mundo lhe mutilava. Assim, como é posto, temos a certeza que na incerteza da personagem, “Denise matou a solidão e a fome.” No entanto, temos a certeza também de que nem a narradora conseguira criar-lhe voz. Aquela mulher, como tantas outras, deixou de ser Glória, deixou de ser Denise e virou “prostituta morta” que estampou o jornal um dia.

## CONSIDERAÇÕES

A literatura goiana precisa ser ampliada no cenário nacional, provocando rasuras no hegemônico cânone existente. Para além de Cora Coralina, um dos únicos nomes que surgiram nos manuais de literatura, é preciso que destaquemos outros nomes e obras, principalmente de autoria feminina.

Neste breve estudo, buscamos evidenciar a escritora contemporânea Maria Luísa Ribeiro. Para tanto, dentro de sua produção literária, destacamos um conto de uma coletânea intitulado “Senhor dos Desencantos”. O conto “A casa rosa”, na análise proposta, tomou como perspectiva uma leitura decolonial, a qual pretendeu discutir as relações socioculturais existentes na narrativa. Tomou-se como foco a subalternização do corpo e da mulher, no que chamamos de colonialidade do ser.

Por essa perspectiva, percebemos que há padrões sociais instaurados que promovem a marginalização de indivíduos pela proposta de se manter um padrão ou um *status quo* de uma sociedade alienada. A mulher, dentro dessa análise, pode ser percebida no conto pela personagem Denise, que, enquanto prostituta, sofreu os desmandos dos dominadores da opressão, sendo subjugada não apenas pelo homem que a tinha como dono, mas também por outra mulher, Rosa, a dona da casa.

Portanto, o conto de Maria Luísa consegue deixar transparecer como a colonialidade do saber implica uma subjetivação de corpos para a dominação de outros sujeitos que, por sua vez, buscam manter tal perspectiva.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorin de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Interritórios - Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**. Caruaru, Brasil, v.1, n.1, 2015, p. 42-64.

APFELBAUM, Erika. "Dominação". In. HIRATA et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARVALHO, Maria Luiza Ferreira Laboissère de. "A enunciação feminina em O senhor dos desencantos". In. **Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios**. DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Estudos Literários; UFMG, 2002.

DERING, Renato. Literatura Goiana: Maria Luísa Ribeiro. 2012. **Revista Biografia**. Disponível em: <<https://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com/2012/12/literatura-goiana-maria-luisa-ribeiro.html>>. Acesso: 23 jan. 2022.

DERING, Renato de Oliveira. **A prova de redação do Enem: manutenção da colonialidade por meio do ensino de produção textual**. (Tese de Doutorado em Letras e Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2021.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Trad. Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. "Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada". In. BERNARDINO-COSTA, Joze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Tradução: Ana Luiza Libânio. Ed. Rosa dos Tempos, 1ª edição, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano**. Cobogó, 2019.

LEGARDINIER, Claudine. "Prostituição". In. HIRATA et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Trayectorias de re-existencia: ensayos en torno a la colonialidad/decolonialidad del saber, el sentir y el creer**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2015.

PINHEIRO NETO, José Elias. Geografia e Literatura: a paisagem geográfica e ficcional em Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto. **Boletim Campineiro de**



**Geografia**, n. 2, v. 2, São Paulo: UNICAMP, 2012. p. 322 -340. Disponível em:  
<<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/61>>.  
Acesso em: 20 Jan 2022.

PINHEIRO NETO, José Elias; SUZUKI, Júlio César; LIMA, André Luiz Martins de.  
Paisagem e literatura: análises geoliterárias no poema morte e vida severinade João  
Cabral de Melo Neto. *Geografia, Literatura e Arte*, v.2, n. 1, p. 50-63, jan./jun.2020. p.  
50-63. Disponível em:  
<<https://www.revistas.usp.br/geoliterart/article/view/167379/164112>>. Acesso em: 20  
Jan 2022.

REZENDE, Tânia Ferreira. A semiótica dos corpos na literatura goiana: o corpo negro  
de Leodegária de Jesus. **Revista Plurais –Virtual**, Anápolis -Go, Vol.8, n. 1–jan./abr.  
2018–p. 131-159 - ISSN 2238-3751. Disponível em:  
<https://www.praxia.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/9177/6782>  
Acesso: 23 Jan. 2022.

REZENDE, Tânia Ferreira; SILVA, Daniel Marra da. Desobediência linguística: por  
uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa. **Revista  
Porto das Letras**, v. 04, n. 01. 2018, pp. 174-202. Disponível em:  
<[https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/5534/1326  
9](https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/5534/13269)>. Acesso: 23 jan. 2022.

RIBEIRO, Maria Luísa. **O senhor dos desencantos**. Goiânia: Kelps, 2001.

TELLES, Norma. “Autor+a”. In.: JOBIM, José Luís (org.). **Palavras da crítica**.  
Tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1992.